

Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): Análise da Influência da Educação Financeira e de Variáveis Demográficas

Área Temática: Finanças

AUTORAS

SILVIA AMÉLIA MENDONÇA FLORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA

sisimflores@yahoo.com.br

JÉSSICA PULINO CAMPARA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA

jecampara@hotmail.com

KELMARA MENDES VIEIRA

Universidade Federal de Santa Maria

kelmara@smail.ufsm.br

Resumo

O presente estudo investigou a influência da educação financeira na propensão ao endividamento em Santa Maria (RS), além disso, buscou-se identificar como as variáveis demográficas e o perfil dos indivíduos relacionam-se a educação financeira e propensão ao endividamento. Os dados foram coletados através de um questionário, com escalas quantitativas para endividamento e educação financeira e demais questões de perfil. Quanto à educação financeira, constatou-se através da estatística do fator, que os respondentes apresentam um bom nível de educação financeira e uma menor propensão ao endividamento. Os testes de mediana mostraram haver diferença de educação financeira conforme o estado civil, escolaridade e renda, sendo os casados, com doutorado e renda de 3 a 12 salários os maiores níveis de educação financeira. Quanto aos resultados do fator endividamento, percebe-se que a renda, escolaridade e a moradia foram os únicos a apresentar diferenças. Na análise de regressão nota-se que 23% do endividamento pode ser entendido a partir da educação financeira. Os resultados mais significativos se relacionam com a poupança e a utilização do cartão de crédito. De maneira geral, os habitantes de Santa Maria apresentaram que gastam menos do que ganham e nunca dependem do crédito para cumprir seus compromissos financeiros.

Palavras Chave: Finanças Pessoais, Propensão ao Endividamento, Educação Financeira.

Abstract

The present study investigated the influence of financial education in the propensity to indebtedness in Santa Maria (RS), in addition, we sought to identify how the demographic variables and the profile of individuals relate to financial education and propensity to indebtedness. Data were collected through a questionnaire with quantitative scales to debt and financial education and other issues in profile. About financial education, it was found through factor statistical, that respondents have a good level of financial education and a lower propensity to indebtedness. The median tests showed differences in financial education as marital status, education and income, and married people with doctorates and income from 3 to 12 pay the highest levels of financial education. The debt factor results, we found that income, education and housing were the only ones to show differences. In regression analysis

it is noted that 23% of debt can be understood from the financial education. The most significant results relate to energy saving and the use of the credit card. In general, the inhabitants of Santa Maria use to spend less than earn and never depend on credit to meet its financial commitments.

Keywords: Personal Finances, Propensity to Indebtedness, Financial Education.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o mercado financeiro vem sofrendo transformações. Considerando um mundo sem restrições de financiamento, as famílias tem liberdade em escolher o consumo desejado, com base na vida útil esperada dos recursos, taxas de juros e nos seus gostos e necessidades pessoais (DYNAN; KOHN; 2007). A maior facilidade de acesso ao crédito tem criado efeitos positivos na alavancagem da demanda doméstica, fazendo com que classes sociais mais baixas alcancem maiores níveis de compra. Porém esta aceleração do consumo e aumento do crédito tem gerado consequências negativas para o consumidor, como por exemplo, o endividamento e inadimplência. No Brasil, percebe-se principalmente a expansão de consumo dos indivíduos pertencentes a classe C, os quais representam cerca de 46% da população brasileira, e atualmente gastam oito por cento a mais do que ganham por mês gerando um endividamento de 20% (NICACIO SILVA, 2008).

O endividamento, portanto, pode ser entendido como assumir ou contrair dívidas, sendo influenciado por expectativas pessoais e pelo ambiente sócio-econômico (FERREIRA, 2006; KEESE, 2010). A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2011) realiza mensalmente uma pesquisa que avalia o endividamento do consumidor. Em abril de 2011 o percentual de famílias endividadas teve um decréscimo, comparado ao mês de março de 2011. No entanto, este endividamento ainda encontra-se em patamares superiores aos do ano de 2010. A principal causa da dívida familiar é o uso de cartão de crédito, que alcançou 69,8% do total da dívida (CNC, 2011). Dentro deste cenário, o indicador de inadimplência mensurado mensalmente pela Sociedade Brasileira de Proteção ao Crédito (2012) demonstra que o consumidor está atrasando cada vez mais suas dívidas junto às financeiras, cartão de crédito e empresas não financeiras. Em janeiro de 2012 este indicador correspondia a 194,3 sendo que em junho alcançou o patamar de 263,5.

Além do endividamento, outro aspecto vem sendo analisado: o sobre-endividamento. Esta situação ocorre quando o indivíduo sente-se impossibilitado de quitar os seus compromissos financeiros e segundo Zerrenner (2007) pode ser dividido em dois tipos: ativo ou passivo, destaque que, no primeiro, o indivíduo contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, já o segundo é resultado de circunstâncias não controláveis pelo mesmo. Conforme Frade et al. (2008) o problema do sobre-endividamento também é referenciado como insolvência e falência e possui suas raízes na história humana. A insolvência acontece quando as dívidas são contraídas e não honradas. Porém, os autores afirmam que este problema, atualmente, está se acentuando pela expansão dos bens e serviços e no crédito destinado aos consumidores.

Considerando-se o contexto de análise, que está baseado na propensão ao endividamento pessoal, também se discute a educação financeira. Segundo Anderloni e Vandone (2010) a educação financeira pode ser entendida como uma medida preventiva, permitindo que os indivíduos tenham condições de entender problemas financeiros e gerenciar suas finanças pessoais de forma satisfatória, evitando o endividamento.

No Brasil, Claudino, Nunes e Silva (2009) investigaram a relação entre educação financeira e endividamento, tendo como unidade de análise os funcionários públicos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A partir disso evidenciou-se que o nível de educação financeira dos servidores é insuficiente e que as principais deficiências correspondem a: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial. Com o mesmo objetivo, Lusardi e Tufano (2009), Disney e Gathergood (2011) realizaram um estudo nas famílias do Reino Unido. Os autores perceberam que as pessoas que possuem um nível maior de alfabetização financeira tendem a assumir dívidas com menores custos, consequentemente tendo menor risco de endividamento.

Portanto, levando em consideração a aceleração do consumo e endividamento, e a necessidade dos indivíduos gerenciarem eficientemente suas finanças pessoais o objetivo principal deste estudo consiste em investigar a influência da educação financeira na propensão ao endividamento. Além disso, buscou-se verificar como as variáveis demográficas e o perfil dos indivíduos relacionam-se a educação financeira e propensão ao endividamento.

O trabalho está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, tem-se o referencial teórico, com os conceitos de endividamento e educação financeira. A seção três aborda o método de estudo e a seção quatro a análise dos resultados e discussões. Por fim são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Endividamento

Ao longo dos anos o consumidor vem consolidando o seu comportamento de compra e o estímulo ao consumo em massa está cada vez mais presente em seu dia-a-dia. De acordo com Slomp (2008) este aumento de crédito e incentivo ao consumo tem resultado em alto nível de endividamento, sendo um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo”.

Para Ferreira (2006), endividamento tem origem no verbo endividar-se que indica assumir ou contrair dívidas. Dependendo do nível de endividamento, os indivíduos podem comprometer uma parcela significativa de sua renda. Quando sente-se impossibilitado de quitar os seus compromissos financeiros, tem-se uma situação distinta, chamada de sobre-endividamento. De acordo com o Serviço Federal de Estatística da Alemanha, *Federal Statistical Office* (2008) apud Keese e Schmitz (2010), o endividamento familiar está aumentando notavelmente. De 1998 a 2008 a dívida do consumidor de classe média na Alemanha, passou de 1.300 para 1.700 euros, para cada membro da família. Dynan e Kohn (2007) dizem que a proporção de domicílios com algum débito aumentou de 70% em 1983 para 77% em 2004.

Dentro desta perspectiva, Gathergood (2011) realizou uma pesquisa com as famílias do Reino Unido, a fim de verificar o seu autocontrole financeiro, a alfabetização financeira e consumo e o seu sobre-endividamento. O autor justifica sua pesquisa devido ao crescimento da dívida no Reino Unido. A dívida do consumidor tem crescido consistentemente desde os anos 1990. O débito em relação a renda familiar passou de 5,3% em 1995 para 19,6 no primeiro trimestre de 2011. Com estes dados, o Reino Unido torna-se o segundo país com o maior número de dívidas hipotecárias, sendo os Estados Unidos o primeiro colocado neste ranking. Para realizar a pesquisa o autor desenvolveu um questionário baseado no que foi desenvolvido no estudo de Lusardi e Tufano (2009). Em relação aos resultados encontrados, percebe-se que o sobre-endividamento é mais comum nas famílias mais jovens e com menor escolaridade, as quais exercem taxas de juros mais elevadas, que ocasionam a inadimplência e impedem que o indivíduo cumpra com suas responsabilidades financeiras.

No Brasil Brusky e Magalhães (2007) realizaram um estudo para avaliar o endividamento dos metalúrgicos em São Paulo, o qual busca determinar a participação das organizações de trabalhadores na prevenção ou mitigação do sobre-endividamento. Os resultados encontrados pelos autores através do indicador de endividamento mostram que cinco por cento dos entrevistados estão sobre-endividados, tendo mais de 75% de sua renda comprometida pelas dívidas. Cerca de doze por cento estão em risco de alcançar um endividamento excessivo, sendo de 50% a 75% o seu orçamento comprometido, mas sem pagamentos em atraso. A maioria dos entrevistados (52%) são pouco endividados, tendo alguma dívida, mas com menos de 50% de seu orçamento comprometido. Esses indivíduos

são considerados capazes de liquidar seus compromissos financeiros. Por fim, 31% dos respondentes afirmam não ter nenhuma dívida.

Levando em consideração essa ascensão dos indivíduos ou domicílios com algum tipo de débito, Gathergood (2011) destacou que seu estudo torna-se relevante devido à análise dos aspectos que influenciam este aumento das dívidas. Segundo Davies e Lea (1995), a investigação sobre os aspectos que impulsionam o endividamento, obteve destaque a partir do estudo de Katona (1975). Para este autor, existem três razões que explicam por que uma pessoa pode gastar mais do que ela ganha: (i) baixa renda, de modo que nem sequer são cobertas as despesas essenciais; (ii) alta renda, combinada com um forte desejo de gastar, e (iii) uma falta de vontade para economizar (independentemente da renda). A importância do estudo de Katona está em discutir a origem dos problemas de crédito, avaliando não somente os fatores econômicos, mas também os fatores psicológicos e comportamentais. Seguindo esta perspectiva, Vitt (2004) ressalta que as decisões financeiras do consumidor envolvem uma série de valores psicológicos, físicos e sociais, muitas vezes enraizados em sentimentos e emoções.

2.2 Educação Financeira

Anderloni e Vandone (2010) apontam que o superendividamento pode ser controlado por medidas preventivas e medidas curativas. As medidas preventivas teriam o objetivo de evitar a dívida, ou seja, seriam medidas “*ex ante*”. Já, as medidas curativas têm como objetivo amenizar os problemas causados pelo superendividamento, sendo medidas “*ex post*”. Dentro das medidas preventivas, os autores ressaltam a educação financeira. Conforme Matta (2007, p. 59) entende-se como educação financeira pessoal “o conjunto de informações que auxilie as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimento a curto e longo prazo”. Assim, a educação financeira busca melhorar a capacidade dos indivíduos para entender os problemas financeiros.

Com isso, é possível compreender as diferenças entre o que se precisa, o que se quer e o que se dispõe, evitando gastos indesejados. Os autores destacam que na União Europeia, a educação financeira é vista como um fator chave na tomada de decisão financeira, pois proporciona investimentos sábios e incentiva a poupança. Este é um aspecto muito importante, pois o analfabetismo financeiro faz com que as pessoas se exponham mais ao endividamento, destinando mais da metade de sua renda ao pagamento de juros às instituições financiadoras de crédito. Com isso, as pessoas não conseguem consumir os produtos que supririam suas necessidades e deixam de poupar para situações inesperadas, como desemprego e em casos de problemas de saúde (MATTA, 2007).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem quantitativa. Conforme Hair et al (2007) as pesquisas descritivas são estruturadas e podem utilizar as hipóteses teóricas como uma orientação, a fim de estabelecer o que precisa ser mensurado. Realizou-se um estudo transversal, através de um *survey*. A população do estudo consiste nos residentes da cidade de Santa Maria (RS) que atualmente possui 261.031 habitantes (IBGE, 2010). A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado. Os questionários foram aplicados de forma aleatória, em ambiente externo, através do contato com os moradores dispostos a participar da pesquisa. Além do questionário foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo com as exigências do Comitê de Ética da

Universidade Federal de Santa Maria. O questionário é dividido em quatro seções: a primeira parte corresponde ao perfil dos respondentes, abordando questões como idade, gênero, estado civil, entre outros; a segunda seção buscou compreender o perfil dos gastos, através de questões sobre o cartão de crédito e renda; para finalizar as duas últimas seções abordaram os principais temas do estudo: a propensão ao endividamento e a educação financeira. Foram utilizadas escalas likert para ambos os fatores. Na propensão ao endividamento adotou-se a escala de Moura (2005), composta por nove variáveis. Para a educação financeira considerou-se a escala de Matta (2007), elaborada através do estudo de Chen e Volpe (1998). Esta escala é composta por 20 questões, considerando aspectos de gestão financeira, utilização do crédito, consumo planejado e investimento e poupança. A análise dos dados utilizou a estatística descritiva, os testes de diferença de mediana e uma regressão múltipla, através do software SPSS®. A Tabela 1 resume as fases da pesquisa e as técnicas utilizadas.

Tabela 1 – Fases da pesquisa, técnicas e objetivo da análise

Fases	Técnica Utilizada	Objetivo
1ª	Estatística Descritiva	*Descrever o perfil dos indivíduos e da dívida;
2ª	<i>Alfa de Cronbach</i>	*Confiabilidade das escalas;
3ª	Media das Variáveis	*Formação dos fatores;
4ª	Testes não Paramétricos	* Diferença de mediana; * Teste de Mann Whitney para até dois grupos e o teste de Kruskal Wallis para mais de dois grupos.
5ª	Regressão Múltipla	*Relação entre propensão ao endividamento e educação financeira.

Fonte: Os autores

Na análise de regressão múltipla, utilizou-se a propensão ao endividamento como variável dependente e as variáveis da escala de educação financeira, como independentes. Para estimar a regressão adotou-se o método Stepwise. Após a análise de regressão linear múltipla, deve-se verificar o valor de R^2 , ou coeficiente de determinação múltiplo, utilizado conforme Hair et al. (2007, p. 327) para “representar a quantidade de variação na variável dependente explicada pelas variáveis independentes combinadas”. Para verificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolineariedade e homocedasticidade do modelo utilizaram-se os testes de Kolmogorov-Smirnov (KS), Durbin Watson (DW), Fator Inflação (FIV) e Teste de Pesaran-Pesaran, respectivamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise dos resultados foram considerados 575 respondentes. Quanto ao perfil, a idade média dos respondentes foi de 31 anos, com uma mediana de 28 anos e um desvio padrão de 13,12. No que se refere ao gênero 58,6% pertencem ao sexo masculino e 41,4% ao sexo feminino. Nota-se que 54,6% são solteiros e 57,7% não possuem nenhum dependente os quais poderiam ser filhos, maridos/esposas ou demais pessoas que dependem da renda do indivíduo.

Em busca de uma maior compreensão a cerca das condições de vida dos respondentes questionou-se sobre a moradia e ocupação. Identificou-se que 62,8% apresentam moradia própria e 35,4% são empregados assalariados. Ainda na fase de caracterização dos respondentes foram avaliadas questões relacionadas à escolaridade, uma vez que o grau de escolaridade pode ser importante no entendimento do nível de educação financeira. Percebe-se que 25,9% dos respondentes possuem ensino médio completo, 16,7% possuem pós graduação completa e 13,2% ensino superior incompleto.

Para compreender a influência das variáveis culturais na propensão ao endividamento, os respondentes foram questionados em relação a sua raça, religião e princípios religiosos,

uma vez que estas variáveis podem influenciar no valor atribuído pelas pessoas ao dinheiro (ROCA, 2006). Os resultados demonstram que 79,1% são brancos, 54,1% são católicos e 41,4% dizem seguir alguns dos princípios definidos por sua religião. Após conhecer o perfil dos respondentes, o estudo buscou verificar o perfil da renda e dos gastos dos participantes da pesquisa. Os resultados desta seção do questionário são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Caracterização dos gastos segundo as variáveis: renda líquida familiar, cartão de crédito, dependência do crédito e gastos.

Variável	Alternativas	Frequência	%
Renda Líquida Familiar	Até 1 salário mínimo	120	20,9
	Mais de 1 a 2 salários	125	21,7
	Mais de 2 a 3 salários	83	14,4
	Mais de 3 a 5 salários	104	18,1
	Mais de 5 a 10 salários	94	16,3
	Mais de 10 a 20 salários	44	7,7
	Mais de 20 salários	4	0,7
Utiliza Cartão de Crédito	Não	231	40,2
	Sim	343	59,7
Quantos Cartões de Crédito	0	196	36,4
	1	179	33,2
	2	117	21,7
	3	30	5,6
	4	11	2,0
	5	5	0,9
	7	1	0,2
Dependência do Crédito (Ex: cheque especial)	Todo o tempo	32	5,6
	Às vezes	131	22,8
	Raramente	138	24,0
	Nunca	274	47,7
Gastos	Gasta mais do que ganha	106	18,4
	Gasta igual ao que ganha	197	34,3
	Gasta menos do que ganha	272	47,3

Fonte: Resultados da Pesquisa

Observando os resultados da Tabela 2 percebe-se que a renda líquida mensal familiar situa-se na faixa de 1 a 2 salários, sendo 21,7% dos respondentes. Ressalta-se que as maiores faixas de renda apresentaram os menores resultados, ou seja, mais da metade dos respondentes possuem menores níveis de renda. Em relação a utilização do cartão de crédito, 59,7% destacam que utilizam, principalmente de 1 (33,2%) a 2 (21,7%) cartões. Deve-se atentar para este resultado, pois segundo Dominguez e Robin (2007) os juros do cartão de crédito equivalem cerca de 16% a 20% ao ano. No Brasil, as taxas de juros do cartão de crédito para pessoa física são elevadas, equivalendo a cerca de 9% a 16% ao mês, alcançando valores superiores a 100% no ano (FUNDAÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR - PROCON, 2012). Complementando esta questão, uma pesquisa de opinião publicada no *The Peoples Almanac*, observou que as pessoas gastam 23% a mais quando utilizam o cartão de crédito. Sendo assim, o cartão de crédito está sendo considerado um dos principais aspectos que levam as pessoas ao endividamento.

Após considerar o cartão de crédito, os respondentes foram questionados sobre a dependência do crédito, ou seja, com que frequência dependem do crédito (ex: cheque especial) para pagar seus compromissos do dia-a-dia. Verificou-se que os respondentes apresentaram um comportamento mais conservador, sendo que 47,7% assinalaram que nunca dependem do crédito para quitar suas dívidas. Os demais respondentes situaram-se entre

raramente e às vezes, sendo em media 23%. Para finalizar esta seção do questionário, questionou-se sobre os gastos. Novamente tem-se um comportamento mais avesso, onde 47,3% afirmam gastar menos do que ganham. Esses aspectos são importantes, pois mostram, em um primeiro momento, que os indivíduos estão controlando seus gastos, podendo ocasionar um menor nível de propensão ao endividamento.

Na sequência o estudo buscou compreender, de maneira mais ampla, a propensão ao endividamento e a educação financeira dos respondentes. Para isto, analisou-se a media das respostas das questões utilizadas no questionário. É importante ressaltar que as questões ilustradas na tabela já correspondem as que formam os fatores, aspecto que será abordado individualmente a seguir. As escalas, as questões, e a estatística descritiva estão apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Escalas, questões e media das respostas de propensão ao endividamento e educação financeira.

Escalas	Questões	Media	
Endividamento	1. Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.	2,09	
	2. Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,74	
	3. Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.	2,29	
Fator	Media das respostas	2,37	
Educação Financeira	4. Preocupa-se em gerenciar melhor o seu dinheiro.	3,60	
	5. Anota e controla os seus gastos pessoais.	2,71	
	6. Estabelece metas financeiras que influenciam na administração de suas finanças.	2,85	
	7. Segue um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal.	2,83	
	8. Fica mais de um mês sem fazer o balanço dos seus gastos.	2,16	
	9. Está satisfeito com o sistema de controle de suas finanças.	2,97	
	10. Paga suas contas sem atraso.	3,29	
	11. Consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto à crédito.	3,14	
	12. Tem utilizado cartões de crédito bancário automático por não possuir dinheiro disponível para as despesas.	2,06	
	13. Ao comprar a prazo, você faz comparação entre as opções de crédito que tem disponível.	3,09	
	14. Mais de 10% da renda que você recebe no mês seguinte está comprometida com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro).	2,73	
	15. Paga integralmente a fatura do(s) seu(s) cartão(ões) de crédito a fim de evitar encargos financeiros.	3,82	
	16. Confere a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas.	3,74	
	17. Poupa mensalmente.	2,69	
	18. Poupa visando a compra de um produto mais caro (ex. carro, apartamento).	2,85	
	19. Possui uma reserva financeira que seja maior ou igual a 3 vezes a sua renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados.	2,51	
	20. Compara preços ao fazer uma compra.	3,48	
	21. Analisa suas finanças com profundidade antes de fazer alguma grande compra.	3,41	
	22. Compra por impulso.	2,17	
	23. Prefere comprar um produto financiado a juntar dinheiro para comprá-lo a vista.	2,48	
	Fator	Media das respostas	2,93

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando a Tabela 3 e considerando que as escalas variavam de um (1: discordo muito) a cinco (5: concordo muito) verifica-se que na propensão ao endividamento os participantes assinalaram as opções entre discordo e indiferente, demonstrando em um primeiro momento menor propensão ao endividamento, principalmente por discordarem da questão 1, ou seja, considerar normal o endividamento das pessoas. Em relação a educação financeira, as medias encontradas são superiores. Destacam-se as questões 4, 15 e 16. Na questão 4 indagou-se sobre a preocupação em melhor gerenciar o dinheiro, umas das principais características da educação financeira. Percebe-se uma media de 3,60, demonstrando que os respondentes concordam com esta alternativa. As questões 15 e 16 estavam relacionadas ao cartão de crédito, questionando sobre o pagamento e controle da fatura. Em ambas as questões, as medias das respostas foram altas, indicando que os participantes estão pagando suas dívidas do cartão de crédito e conferindo a fatura a fim de evitar cobranças indevidas. Este resultado é importante, pois como já mencionado anteriormente, o cartão de crédito tem sido considerado um dos principais aspectos que levam ao endividamento pessoal.

Após conhecer as medias individuais, o estudo verificou a confiabilidade das escalas com o objetivo de construir fatores para analisar a propensão ao endividamento e a educação financeira. Verificou-se a confiabilidade das escalas, através da coerência interna (*Alfa de Cronbach*), que deve possuir valores maiores que 0,6 (HAIR ET AL., 2007). Na escala de endividamento foram consideradas somente três questões (já apresentadas na Tabela 3) para a construção do fator. As demais foram excluídas. Com isso, tem-se um alpha de 0,60. Na escala de educação financeira todas as questões (totalizando 20) foram utilizadas, obtendo um alpha de 0,76. Prosseguindo, foram criados fatores a partir da media das variáveis. Assim, por exemplo, para cada respondente foi calculado o fator endividamento a partir da media das respostas atribuídas as questões 1, 2 e 3, que formam este fator. O mesmo procedimento foi adotado para a escala de educação financeira. Com a criação dos fatores analisou-se novamente a media. Verifica-se baixa propensão ao endividamento sendo que o resultado da media de 2,37 permeia as alternativas discordo e indiferente. Já a educação financeira demonstra media mais elevada chegando a 2,93. Em termos gerais os respondentes da pesquisa detém um bom nível de educação financeira.

Evidencia-se, portanto, a existência de um baixo nível de propensão ao endividamento e uma educação financeira relevante. Este resultado corrobora com o estudo de Claudino, Nunes e Silva (2009) no qual os autores mostram que quanto maior o nível de educação financeira, menor o nível de endividamento. Matta (2007) ressalta que o analfabetismo financeiro faz com que as pessoas se exponham mais ao endividamento, destinando mais da metade de sua renda ao pagamento de juros às instituições financiadoras de crédito.

Tendo em vista as possíveis relações existentes entre a propensão ao endividamento e a educação financeira, foram realizados testes não paramétricos.

Tabela 4 – Valor e Significância dos Testes de Mann Whitney (1) e Kruskal Wallis (2)

Endividamento			Educação Financeira		
Variável	Valor	Sig	Variável	Valor	Sig
Gênero (1)	39083,00	0,66	Gênero (1)	36694,50	0,08
Estado Civil (2)	4,10	0,25	Estado Civil (2)	10,06	0,01
Moradia (2)	8,24	0,04	Moradia (2)	2,95	0,40
Escolaridade (2)	50,68	0,00	Escolaridade (2)	25,12	0,01
Religião (2)	5,54	0,35	Religião (2)	3,44	0,63
Renda (2)	22,89	0,00	Renda (2)	27,57	0,00
Raça (2)	6,11	0,29	Raça (2)	5,61	0,34
Cartão de Crédito (1)	35855,00	0,06	Cartão de Crédito (1)	39602,50	0,99

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base na Tabela 4, nota-se que para até dois grupos foi aplicado o teste de Mann Whitney (1) e para mais de dois grupos o teste de Kruskal Wallis (2).

A partir desses testes, constatou-se que não há diferença na educação financeira segundo o gênero, moradia, religião, raça e utilização do cartão de crédito. Porém, existe diferença significativa em relação ao estado civil, escolaridade e renda. Evidencia-se que as pessoas casadas possuem uma maior educação financeira que as solteiras, pois estas apresentam maior mediana (3,2). Esse fato pode ser explicado pelo matrimônio propiciar as pessoas uma maior preocupação em conhecer suas finanças de forma a provocar estabilidade e comportamento mais avesso ao risco. Os indivíduos com renda de 3 a 12 salários mínimos alcançaram a maior mediana chegando a 3,05, sendo estes os que apresentam maior nível de educação financeira. E por fim os respondentes com doutorado são os que possuem um maior nível de educação financeira, resultado coerente, pois quanto maior o nível educacional das pessoas espera-se maior controle e conhecimento dos seus gastos Disney e Gathergood (2011) apontam que melhores níveis de educação financeira são positivamente relacionados com maior nível de educação escolar. Os autores concluem que, em geral, níveis superiores de educação financeira estão associados com maior confiança, entendimento financeiro, aquisição de informações financeiras e organização financeira pessoal. Quanto a diferença na renda, percebe-se que quanto maior o salário e maior o nível de escolaridade eleva-se a educação financeira. Esses aspectos juntos levam a formação de um pressuposto, que os indivíduos com condições econômicas mais favoráveis tendem a investir mais em educação, podendo acarretar em uma maior capacidade de conhecer os conceitos básicos financeiros, bem como alavancar a capacidade de tomar decisões assertivas em relação a investimentos e fonte de capitais.

Quanto aos resultados do fator endividamento, percebe-se que a renda, escolaridade e a moradia foram os únicos a apresentar diferenças. A faixa de renda de 5 a 20 salários exibiu a menor mediana (2) enquanto a faixa de 1 a 2 salários apresentou maior (2,66), isso demonstrou que os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições orçamentárias. Quanto a moradia percebe-se que as pessoas que possuem casa própria possuem maior mediana (2,33) do que as financiadas (2), ou seja, as pessoas que financiam a habitação possuem maior propensão ao endividamento, devido a responsabilidade mensal de arcar com esse pagamento financeiro. Por fim, confirmando os resultados encontrados, os indivíduos com maior nível de escolaridade possuem a menor mediana, ou seja, menor propensão ao endividamento. Matta (2007) ressalta a importância da educação financeira, pois é ela que possibilita ao indivíduo a compreensão dos problemas financeiros e consequentemente a melhor organização de suas finanças, diminuindo a probabilidade de endividar-se.

O último aspecto a ser analisado consistiu na relação entre o endividamento e a educação financeira. Sendo assim, realizou-se uma regressão múltipla considerando o fator endividamento como variável dependente e as variáveis da escala de educação financeira como independentes. A escala original é composta por vinte questões. Após estimativa do modelo, observou-se que sete variáveis apresentaram coeficientes significativos, sendo os principais resultados resumidos na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da regressão múltipla considerando os coeficientes padronizados e os testes de significância

Modelo	Beta	Teste t		VIF
		Valor	Sig.	
Constante	2,40		0,000	
1) Fica mais de um mês sem fazer o balanço de seus gastos.	0,07	1,983	0,048	1,021
2) Consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto a crédito (ex: juros).	-0,13	-3,485	0,001	1,085
3) Tem utilizado cartões de crédito bancário automático por não possuir dinheiro disponível para as despesas.	0,16	4,327	0,000	1,068
4) Paga integralmente a fatura do(s) seu(s) cartão(ões) de crédito a fim de evitar encargos financeiros.	-0,08	-2,046	0,041	1,130
5) Poupa visando a compra de um produto mais caro.	-0,10	-2,519	0,012	1,214
6) Possui uma reserva financeira que seja maior ou igual a 3 vezes a sua renda mensal, que posso ser usada em casos inesperados.	-0,11	-2,903	0,004	1,177
7) Prefere comprar um produto financiado a juntar dinheiro para comprá-lo a vista.	0,28	7,465	0,000	1,073

Fonte: Dados da Pesquisa

O resultado apresenta um R^2 ajustado de 0,23, ou seja, as variáveis independentes explicam cerca de 23% da variável dependente, representada pela propensão ao endividamento. O teste F atingiu um valor de 3,93 com significância de 0,048, demonstrando que o modelo é significativo como um todo.

Quanto à autocorrelação serial, nota-se que a mesma não está presente no modelo, pois o teste de Durbin Watson (DW) possui um coeficiente de 1,904, encontrando-se dentro do intervalo considerado adequado ($1,7557 < d < 2,243$). Para verificar a multicolinearidade utilizou-se os índices VIF, que como demonstrado anteriormente ficaram próximos de 1, confirmando a ausência de multicolinearidade.

Analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste Kolmogorov-Smirnov (sig. 0,200) e o teste de Shapiro Wilk (sig. 0,256). Em ambos os testes aceita-se a hipótese nula, que afirma que os resíduos possuem uma distribuição normal. No que se refere a homocedasticidade ou heterocedasticidade dos resíduos, realizou-se o teste de Pesaran e Pesaran. O teste apontou uma significância de 0,507 comprovando que os resíduos possuem distribuição homocedástica.

Após a conclusão dos testes pode-se afirmar que o modelo de regressão está adequado, sendo possível analisar os coeficientes, que se mostraram negativos nas questões 2, 4, 5 e 6. As demais questões apresentam coeficientes positivos, ou seja, relação direta, um aumento em uma variável ocasiona também o aumento em outra e assim vice-versa.

A questão 2 apresenta um coeficiente de -0,13 demonstrando que quanto mais o indivíduo consegue identificar os custos gerados pela compra a prazo, menor será o seu nível de propensão ao endividamento. Esta questão é muito relevante, pois a compreensão dos custos incorridos sobre o uso do crédito pode levar o indivíduo a um maior controle evitando gastos desnecessários. A questão 4 referia-se ao pagamento do cartão de crédito a fim de verificar se os indivíduos estão pagando integralmente as suas faturas. Percebe-se uma relação contrária, com um coeficiente de -0,08, indicando que os respondentes que sempre pagam integralmente a fatura de seus cartões de crédito tendem a um menor nível de endividamento. Este resultado corrobora com os resultados da pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2011) na qual o cartão de crédito é o principal motivador da dívida familiar. A questão 5 também demonstra uma relação oposta, com um coeficiente de -0,10. Esta variável questionava sobre aspectos de poupança, a fim de verificar se os respondentes poupam visando a compra de um produto mais caro como, por exemplo, um automóvel. O resultado encontrado demonstra que quanto maior o nível de poupança,

menor tende a ser o endividamento. A última questão a apresentar coeficiente negativo (-0,11) é a 6, que trata novamente de aspectos de poupança e investimento. Os respondentes foram questionados quanto a reserva financeira, ou seja, se possuem uma reserva financeira que seja maior ou igual a 3 vezes a sua renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados. Os respondentes que afirmam nunca possuir este tipo de reserva tendem a um maior nível de endividamento, pois poderão ter necessidades imediatas de consumo, principalmente em casos passivos, como por exemplo, doenças ou desemprego. Segundo Amadeu (2009) a principal razão para poupar consiste na expectativa de que o não consumo no presente reverta-se em um consumo ao qual se possa atribuir mais valor.

Prosseguindo na análise da regressão, tem-se as variáveis da escala de educação financeira que apresentaram coeficiente positivos, ou seja, uma relação direta com o endividamento. Questionados sobre o balanço de seus gastos (questão 1) nota-se que os indivíduos que assinalam ficar mais de um mês sem fazer o balanço de seus gastos podem incorrer em um maior nível de endividamento (coeficiente de 0,07). Conforme a pesquisa de Zerrenner (2007) a falta de controle financeiro é a principal causa de endividamento. Por isso, a importância de realizar o balanço dos gastos, de preferência na menor periodicidade possível (diário, semanal ou mensal). A seguir, os participantes da pesquisa foram novamente questionados sobre o cartão de crédito. Analisou-se se os mesmos têm utilizado cartões de crédito bancário automático por não possuir dinheiro disponível para as despesas (questão 3). Verifica-se um coeficiente de 0,16, concluindo que as pessoas com maior utilização de cartão de crédito novamente estão relacionadas a um maior nível de endividamento. Conforme Araújo e Souza (2012) um maior nível de educação financeira tem muitos benefícios, sendo um deles o aumento do conhecimento em relação as alternativas de crédito. Segundo os mesmos autores “a ignorância dessas opções faz com que muitos brasileiros acreditem que suas únicas opções de crédito são o limite do cheque especial ou o cartão de crédito” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 20).

Para concluir a análise dos resultados, os respondentes apontaram se preferem comprar um produto financiado a juntar dinheiro para comprá-lo a vista (questão 7). Percebe-se um coeficiente de 0,28, com uma relação positiva, demonstrando que quando mais os indivíduos concordam com esta questão, maior poderá ser o seu nível de propensão ao endividamento. Em suma, quanto mais se utiliza a compra financiada (compra a prazo) mais risco tende-se a adquirir, pois o pagamento está sendo prolongado. Com isso, as ofertadoras de crédito precisam “garantir” o retorno do dinheiro, através da cobrança de taxas de juros.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar a influência da educação financeira na propensão ao endividamento em Santa Maria (RS). Além disso, buscou-se identificar como as variáveis demográficas e o perfil dos indivíduos relacionam-se a educação financeira e propensão ao endividamento. Para isso considerou-se 575 respondentes, os quais foram escolhidos aleatoriamente. Vale ressaltar que a economia da cidade é baseada principalmente em serviços, os quais concentram o maior índice do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a 2.551.325 mil reais. Os estabelecimentos públicos correspondem à grande parte do fluxo monetário da cidade como hospitais, universidade e forças militares (IBGE, 2011). Esses aspectos podem explicar algum dos resultados encontrados na pesquisa como exposto a seguir.

Inicialmente buscou-se analisar o perfil dos respondentes, nesse sentido percebe-se que maioria pertence ao sexo masculino (58,6%), são solteiros (54,6%), sem filhos e dependentes (57,7%), possuem moradia própria (62,8%), ensino médio completo (25,9%), pertencem a religião católica (54,1%), a raça branca (79,1%) e sua ocupação é o trabalho

assalariado (35,4%), sendo que esse fato pode ser explicado como citado anteriormente pelo município possuir a maior parte de seu PIB estabelecido pelos serviços. Em relação a renda evidencia-se que recebem em torno de um a dois salários mínimos, utilizam cartão de crédito, mas nunca ou raramente dependem dele e pagam todas as contas, sem quaisquer dificuldades.

Para as escalas testou-se o *Alfa de Cronbach*, que foi satisfatório. A partir disso foi possível a criação dos fatores, através da média das respostas. Na análise das mesmas, notou-se a existência de uma pequena propensão ao endividamento (média: 2,33), e uma boa educação financeira (média: 2,95). Esse fato pode ser em decorrência da estrutura educacional do município de Santa Maria (RS) o qual se caracteriza como um município cultural, onde diversas instituições de ensino situadas na cidade contribuem para a formação e qualificação dos habitantes.

Os testes não paramétricos demonstraram que há diferença na educação financeira segundo o estado civil, escolaridade e renda. Os indivíduos casados, com doutorado e renda de 3 a 12 salários correspondem aos maiores resultados, ou seja, maior educação financeira. Em relação a escolaridade o resultado já era esperado, pois um maior nível de escolaridade tende a proporcionar também maior educação financeira. A renda também é uma variável relevante, pois condições financeiras superiores tendem a maior capacidade de desenvolvimento intelectual, facilitando a compreensão dos conceitos financeiros.

No que tange o endividamento, percebe-se que a renda, escolaridade e a moradia foram os únicos a apresentar diferenças. As pessoas que recebem entre uma faixa de renda de 5 a 20 salários demonstram menor propensão ao endividamento. Neste sentido, os indivíduos com rendas menores tendem a endividar-se mais, devido às restrições orçamentárias. Aqueles que possuem domicílio próprio também demonstram menor propensão ao endividamento, resultado esse coerente, pois habitações financiadas ou alugadas geram maiores despesas, pelo compromisso financeiro estabelecido. E por fim comprova-se que quanto maior o nível de escolaridade menor será a propensão ao endividamento.

Nas relações estabelecidas entre o endividamento e educação financeira, verificou-se um modelo de regressão com grau de explicação de 23%, ou seja, este percentual de endividamento pode ser entendido através de sete variáveis da escala de educação financeira. Destas variáveis algumas correspondem a uma relação contrária, principalmente as relacionadas ao nível de poupança. Desta forma, quanto mais investimento e poupança o indivíduo realizar, menor será a sua propensão ao endividamento. As demais variáveis abordavam o cartão de crédito, através de uma relação direta, sendo que quanto maior a utilização do cartão, maior tende a ser o endividamento, principalmente pelas altas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Por tudo isto, nota-se que o endividamento é um tema relevante, baseado em fatores comportamentais, demográficos e culturais. A amostra estudada apresentou baixos níveis de propensão ao endividamento, mesmo com rendas mais inferiores. Ressalta-se que este resultado pode ser influenciado pelo controle dos gastos, onde os respondentes afirmam gastar menos do que ganham e não depender do crédito para quitar suas dívidas. Além disso, apresentam a preocupação com a poupança e investimento e o auto-controle em relação ao cartão de crédito.

Ressalta-se, entretanto, que o estudo teve algumas limitações, principalmente no que tange a amostra alcançada. Sugere-se a investigação de mais fatores, além da realização de outros testes e métodos, como modelagem de equações estruturais. Além disso, sugere-se a ampliação da amostra, a fim de considerar outros municípios e não apenas Santa Maria - RS.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.** 2009. 89 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação - Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, São Paulo, 2009.

ANDERLONI, L. VANDONE, D. Risk of Overindebtedness and Behavioural Factors. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

ARAUJO, F.A.L.; SOUZA, M.A.P. **Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão.** Trabalhos para Discussão – Banco Central do Brasil, Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in Sao Paulo. In: **International Labour Office**, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

CHEN, H; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998. Disponível em: <http://www2.stetson.edu/fsr/abstracts/vol_7_num2_107.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2011.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos.** In: XII SEMEAD – Seminários em Administração. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 2011. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

DAVIES, E.; LEA, Stephen E. G. Student Attitudes to Student Debt. **Journal of Economic Psychology**, Amsterdam, v. 16, n. 4, Dec. 1995, p. 663-679.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial Literacy and Indebtedness: New Evidence for UK Consumers. In: **EconPapers**, 2011. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11_2f05.htm> Acesso em: 09 set. 2011.

DOMINGUEZ, J.; ROBIN, V. **Dinheiro e Vida: mude a sua relação com o dinheiro e obtenha a independência financeira.** São Paulo: Cultrix, 2007.

DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

FRADE, C. et al. **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Relatório Final. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra. Portugal, 2008.

FUNDAÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR (PROCON). Tabela de captação das taxas de juros para pessoa física praticadas pelas instituições financeiras. São Paulo: 2012. Disponível em: <[www.procon.sp.gov.br/pdf/acs_pesquisa_de_redução_de_juros_maioplanilha_taxas_2012.pdf](http://www.procon.sp.gov.br/pdf/acs_pesquisa_de_reducao_de_juros_maioplanilha_taxas_2012.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. In: **Social Science Research Network**, 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1873369>. Acesso em: 09 set. 2011.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<ftp://geoftp.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2011.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.

KEESE, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? – Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 08 mai.

KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill and Obese: The Effect of Household Debt on Health. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. In: **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14808.pdf>> . Acesso em: 04 set. 2011

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOURA, A. G. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.

NICACIO SILVA, S. B. C. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção do endividamento de estudantes de pedagogia.** Tese de Doutorado. 332 f. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2008.

ROCA, R.S. **Dinheiro Vivo:** money and religion in Brazil. *Critique of Anthropology*. p. 27-319, 2007

SLOMP, J.Z.F. Endividamento e Consumo. **Revista Relações de Consumo**, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC) E INSTITUTO DE ECONOMIA GASTÃO VIDIGAL. **Pesquisa de Inadimplência.** Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/inadimplencia_consumidor.htm>. Acesso em: 12 jul. 2012.

VITT, L. A. (2004). Consumers financial decisions and the psychology of values. **Journal of Financial Service Professionals**, 58(6), 68-77.

ZERRENNER, S. A. Estudo Sobre as razões para a população de baixa renda. 2007. 57 f. **Dissertação** (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.